Pátria minha: portugueses e brasileiros no Grão-Pará (1808-1840)

Magda Ricci*

Brasileiros e portugueses no extremo norte

Uma região considerada distante do Rio de Janeiro, a província do Grão-Pará teria demorado demais para "aderir" ao Brasil, fato ocorrido apenas em agosto de 1823 e este foi processo penoso e difícil que teria desembocado na Cabanagem em 1835[1]. Apesar da existência de vínculos com a monarquia e com o menino príncipe Pedro II, é importante lembrar que muitos cabanos e suas lideranças vislumbravam perspectivas políticas e sociais diferentes daquelas vindas dos governantes do Império, centralizado na corte carioca. Já analisei como os cabanos se autodenominavam "patriotas", e como o sê-lo não necessariamente era sinônimo de ser brasileiro[2].

Por outro lado, surgia no Brasil um sentimento comum de identidades locais entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços os mais diversos, criaram uma identidade local, a qual nem sempre estava afinada com aquela em formação no Rio de Janeiro[3]. Contudo, essa identidade era marcada pelo ódio em comum ao tradicional mandonismo branco e português.[4] Estudar esse universo no Pará é o objeto deste texto.

Ainda em agosto de 1823, a elite do Grão-Pará oscilava na leitura sobre seu lugar no cenário mais global. Minha hipótese é que, desde pelo menos a vinda de D. João VI e a tomada de Caiena, o antigo Grão-Pará estabeleceu sérias redes de comércio e de casamentos com ingleses e franceses que faziam parte do comércio inter-atlântico na região norte da América do sul e no caribe. Penso que estas redes 'chocavam-se' com a ideia de uma emancipação e um atrelamento ao Rio de Janeiro. Contudo, acredito que não se tratava apenas de uma rede econômica, mas havia interesses familiares, políticos e culturais muito fortes também. Para entender as dimensões desse contexto, fiz uso de um tipo de fonte até agora pouco explorado nos estudos demográficos: os livros de notas e registros cartoriais. Analiso os registros de bens e as procurações firmadas entre os anos de 1807 e 1817. Escolhi esse momento, por se tratar de um período imediatamente anterior aos problemas do vintismo. Neles ficam claros os negócios e interesses dos dois lados do Atlântico. Separei esse momento, anterior aos acontecimentos de 1820 e os de 1835, para demonstrar o enraizamento português no Grão-Pará e redimensionar a crise subsequente.

Estudando as procurações que se faziam em Belém em 1816 e 1817, percebi que há uma grande quantidade delas que remontavam a problemas com heranças pendentes em Lisboa ou em outras cidades e vilas portuguesas. Das sessenta procurações destinadas a utilização em inventários, trinta e duas, ou mais da metade, iam para Lisboa e trinta e seis

para Portugal como um todo. Nesse mesmo período, apenas três pessoas tinham heranças pendentes no Rio de Janeiro, o que já bem demonstra a proximidade entre o mundo Luso e o Grão-Pará[5]. Outro exemplo desse estreitamento presente nessas procurações para os inventários elaborados em Lisboa é que elas abrangiam também famílias de fora de Belém. Em 1816, por exemplo, o Capitão Teodósio Constantino Chermont e sua mulher D. Inês Antonia Micaela de L. Chermont vinham da Ilha Grande de Joanes para Belém a fim de passar procuração para Feliciano José Colares em Lisboa[6]. O assunto eram questões referentes ao um morgado e valores que a Real Fazenda lhes eram devedoras. O procurador em Lisboa de nome Colares também era procurador de outro grande negociante português na Amazônia.

Ainda no mesmo ano de 1816, ele recebeu procuração de Pedro Rodrigues Henriques para tratar de seus negócios em Lisboa[7]. Mais assoberbado do que nunca, o procurador Colares ainda precisava dar conta de um terceiro caso. Nele, D. Ana Micaela Malcher, viúva de João da Gama Lobo, desejava receber os soldos de seu ex-marido junto ao Tesoureiro Geral das Tropas. Seu falecido marido era tenente coronel da Primeira Plana da Corte. Nesses três casos que envolveram um mesmo procurador em Lisboa, é possível perceber que heranças e comércios com Lisboa eram mesmo muito comuns no Pará.

Para além de questões inventariais, a educação também era um problema que levava algumas pessoas a Portugal. O Capitão Tenente José Joaquim da Silva, por exemplo, afirmava no livro de notas que precisava vender uma sua morada de casa em Belém e dez escravos para seguir para Lisboa a fim de cuidar da educação da menina Ana, sua tutelada[8]. O mesmo fez o conhecido Felipe Alberto Patroni, tido pela historiografia paraense como introdutor da imprensa no Grão-Pará. Em 1816, Patroni registrou no livro de notas que iria seguir para estudar em Lisboa, tendo que vender um quarto de casas localizado na rua do Espírito Santo indo para o Arsenal em Belém.[9]

Um ano mais tarde, o mesmo Patroni escrevia uma longa e curiosa missiva a seu amigo Salvador Rodrigues do Couto, um paraense que ocupava o cargo de Presbítero da Catedral da Sé de Belém. A princípio o autor descrevia suas viagens: "Tenho visto terras diferentes, outras gentes, outros costumes"[10]. Depois relatava que não era o único paraense a perambular pelo mundo. Outros quatro viajantes trilhavam rumos distantes da pátria Amazônica. Estudantes em Lisboa e Coimbra, eles aproveitavam as férias em viagens. Alguns iam até o Algarves, outros em Argel. Todos começavam a sentir o que Patroni denominou de "os bons efeitos da sua saída do Pará". Primeiramente ganhavam pontos, porque experimentavam o distanciamento dos "ares" do Equinócio. As mudanças constantes de temperatura a que eram submetidos seriam eficazes no que Patroni chamou de "desembaraço das faculdades intelectuais". Sair do Pará ainda era importante porque somente distante da pátria natural seria possível descobrir seus "tesouros ocultos"[11].

A partir desse momento, o argumento da carta amplia-se para a formulação de uma teoria mais ampla sobre a grandiosidade natural do Pará e a sua clara falta de prosperidade.

Patroni constatava que aqueles que lutaram por "aformosear" o Pará não teriam ali o "seu berço". Escrevia que o Pará era lugar de uma natureza exuberante, de "produções preciosas, deliciosos frutos", enfim, "um País suscetível de toda a cultura", mas que não florescia, pois que a "faculdade" do povo estava "emprazada"[12]. A causa desta paralisia assentava-se no que o autor denominou de "sistema adotado pelos nossos Avós". Escrevia indignado que os antigos paraenses tinham verdadeiro "horror" do afastamento dos filhos. Não deixando que estes saíssem de perto de seu seio, os velhos paraenses contribuíam para os dois princípios fundamentais do atraso local: a tradição e a indolência[13].

Escrevia Patroni: "De que serve que um rapaz muito ativo suceda no regime de sua casa a seu pai se ele, começando a sua carreira por casar, gasta toda a sua vida em plantar mandioca, arroz, milho e algodão, sem adiantar mais cousa alguma? Nasce, vive e morre estúpido: de que serve tal atividade?"[14] Contra a tradição e a indolência só se salvavam os estrangeiros.

Já tive ocasião de analisar que os mais conhecidos homens de letras que viveram no Pará na segunda metade do século XVIII eram "estrangeiros" como afirmava Patroni e sua maioria era portuguesa[15]. Contudo o chamado "horror" que os paraenses teriam em se afastar dos filhos, talvez se justifique pelas muitas andanças dos soldados de baixa patente. A elite local não queria para seus filhos o mesmo destino, desterrado da maioria dos homens livres pobres do Pará. Contudo, a tomada de Caiena e depois os movimentos sociais e a agitação política dos anos de 1820 obrigaram todos a uma grande mobilidade.

Entre 1807 e 1814, o trânsito entre Caiena e Belém se intensificou com a tomada da região pelos portugueses em revide a tomada francesa do território luso na Europa. Na tabela a seguir se percebe que, nos anos de 1807 e 1808, nos livros de registros de notas de Belém não há transações envolvendo franceses. A partir de 1809, eles já aparecem. Também chama a atenção o volume de transações entre Portugal, Angola e com o Reino Unido.

Tabela 01

Localidades estrangeiras presentes no Livro de Notas e Registros (1807-1814)

Localidades fora do Brasil	1807-1808		1809-1810		1813-1814	
	Nº	%		%		%
Portugal / Angola	1	5%	15	78,94%	22	64,70%
Inglaterra e Suécia	19	95%	2	10,52%	2	5,88%
Guiana Francesa e França	-	-	2	10,52%	1	2,94%
Estados Unidos da América	-	-	-	-	5	14,7%
Europa	-	-	-	-	2	5,88%
África	-	-	-	-	2	5,88%
TOTAL	**20**	**100%**	**19**	**100%**	**34**	**100%**

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará.* Livro de Notas e Registros (1807-1814).

Os dados demonstram que as relações sociais e pessoais dos portugueses e paraenses do Grão-Pará iam para além das Guianas. Essa tabela recupera que esses homens tinham contatos comerciais e políticos com Portugueses (de Portugal e de Angola), Ingleses, Franceses e Espanhóis. Outros dados demonstram ainda que estes contatos iam até outras partes, atingindo várias províncias ou Estados do atual Brasil. Somente para os anos de 1816 e 1817, momento máximo desses contatos, foram localizados nos livros de notas 32 localidades entre países inteiros ou apenas rios e comunidades locais, distribuídas conforme a tabela que se segue.

Tabela 02
Localidades presentes no Livro de Notas e Registros (1816-1817)

Localidades	Número de localidades diferentes citadas no livro de notas – 1816-1817	%
Fora do Brasil (Portuguesas ou não)	05	**15,62%**
Províncias do Brasil*	06	**18,75%**
Internas ao Grão-Pará excetuando Belém**	21	**65,63%**
TOTAL	**32**	**100%**

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e Registros (1816-1817).

*Aqui a província do Pará não foi contada, pois a intenção é avaliar a quantidade de províncias que se relacionam com o Pará.

**Belém foi citada em todos os 191 registros do livro de notas.

Com relação às localidades portuguesas entre 1816 e 1817, encontrei uma prevalência muito forte de Lisboa (79%). Isso era que presumível tanto pela centralidade política e econômica, como porque a fonte analisada: o livro de notas e registros também se volta para resolver pendências políticas governamentais ou inventariais, mais comumente tratadas em Lisboa.

Tabela 03
Localidades portuguesas presentes no Livro de Notas e Registros (1816-1817)

Localidades	Número de localidades diferentes citadas no livro de notas – 1816-1817	%
Lisboa	43	79,64%
Porto	05	9,26%
Coimbra	01	1,85%
Portugal sem precisão de localidade	01	1,85%
Vila de Góis – Portugal	01	1,85%
Vila de Troja, Portugal	01	1,85%
Vila do Freixo	01	1,85%
Angola	01	1,85%
TOTAL	**54**	**100%**

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e Registros (1816-1817).

Já para fora de Portugal, foi possível localizar outros três ou cinco atuais países. Há esta imprecisão no número de países, pois o sueco que localizei estava no Grão-Pará em nome de interesses da coroa britânica e de um negociante inglês. Há ainda o caso de Angola que na época estava ligada a Portugal.

Tabela 04
Localidades estrangeiras presentes no Livro de Notas e Registros (1816-1817)

Localidades fora do Brasil	Número de citações no livro de notas 1816-1817	
	Nº	%
Portugal / Angola	54	86%
Inglaterra e Suécia	4	7%
Guiana Francesa e França	3	5%
Espanha	1	2%
TOTAL	62	100

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará.* Livro de Notas e Registros (1816-1817).

Por essa tabela, se observa a prevalência novamente dos interesses portugueses, mais a presença de franceses, ingleses e até um espanhol. Internamente, ao atual Brasil, as localidades ou província mais citadas no livro de notas era o Maranhão. Havia ainda claros interesses no atual estado do Amapá e no Amazonas, mas cabe lembrar que na época ambas as localidades pertenciam politicamente ao antigo Grão-Pará.

Tabela 05
Províncias ou Estados externos ao atual Estado do Pará presentes no Livro de Notas e Registros (1816-1817)

Localidades – Províncias/ Estados no Brasil	Número de citações no livro de notas 1816-1817	
	Nº	%
Amapá* (Macapá 4 e Mazagão 13)	16	36,36%
Rio de Janeiro	4	9,09%
Mato Grosso	3	6,82%
Amazonas* (Capitania do Rio Negro)	3	6,82%
Goiás	1	2,28%
TOTAL	44	100%

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará.* Livro de Notas e Registros (1816-1817).

* Em 1816 ou 1817 os atuais estados do Amapá e do Amazonas pertenciam a antiga província do Grão-Pará, mas aqui foram computados separadamente para melhor visualização.

Por esses dados notam-se que as ligações com a Corte no Rio de Janeiro eram mínimas em 1816 e 1817. Havia apenas casos de procuração para inventário, sendo que

dos quatro existentes, dois se destinavam a Campos dos Goitacazes e não a Corte carioca. Internamente, ao atual Pará, os interesses também podem ser apurados em uma tabela. Por ela, percebe-se que há uma distribuição bastante ampla dos interesses locais. Havia procurações e registros de venda ou de doação em praticamente todo o território atual do Pará. Ao se considerar o Amazonas e o Amapá, fica clara toda uma rede de comércios locais que envolviam desde Belém até o alto Rio Negro e Amazonas.

Tabela 06
Localidades internas ao atual Estado do Pará citadas no Livro de Notas e Registros de 1816-1817, excetuando Belém

Localidades Denominações atuais	Localidades Denominações do livro de notas de 1816-1817	Número de citações no livro de notas 1816-1817	%
Marajó	Ilha Grande de Joanes (rio Inhangapi, Soure, Ilha Grande, Ilha do Marajó, Chaves)	13	22,80%
Moju	Moju (rio Moju, Igarapé Guarajauna, rio Guajarauna, rio Iucumanduba)	6	10,52%
Acará	Acará (rio Grande de Miripitanga)	4	7,01%
Cametá	Cametá	4	7,01%
Sertão do Pará – (médio amazonas?)	Sertão do Pará	4	7,01%
Rio Guajará, região das ilhas Belém	Rio Guajará, Ilha de Cotijuba, Rio Taiasuhi, termo da cidade de Belém	4	7,01%
Abaetetuba	Abaeté	3	5,26%
Curuçá	Vila Nova Del Rei	2	3,50%
Igarapé Varatumunga – sem correspondência	Igarapé Varatumunga, distrito do rio do Meio	2	3,50%
Monte Alegre	Monte Alegre	2	3,50%
Mosqueiro (Baia do sol e Muribira)	Baia do Sol, rio Muribira	2	3,50%
Rio Capim	Rio Capim (igarapé Paraquituba)	2	3,50%
Barcarena	Barcarena	1	1,75%
Marituba?	Igarapé Maraituba	1	1,75%
Igarapé-miri	Igarapé-miri	1	1,75%
Muaná	Muaná	1	1,75%
Óbidos	Óbidos	1	1,75%
Rio Carapau – sem correspondência	Rio Carapau	1	1,75%

Rio Turiaçú (fronteira do Maranhão?)	Rio Turiaçú, freguesia de São Francisco Xavier	1	1,75%
São José do Gurupi	Rio Gurupi	1	1,75%
Vigia	Vila da Vigia	1	1,75%
TOTAL	**TOTAL**	**57**	**100%**

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará.* Livro de Notas e Registros (1816-1817).

Havia desde interesses comerciais como a montagem de sociedades para ir ao sertão. Sobre sociedades, há alguns exemplos interessantes. Em 1816, o comerciante Antonio Lourenço de Carvalho de Monte Alegre no médio Amazonas vem a Belém se associar a José de Matos para a "carregação [...] da canoa da propriedade de Manoel Ribeiro Pinto, que se destina(va) para aquela vila e para os sertões deste Estado e Rio Negro, assim como todas as remessas que se fizerem desta [Belém] para aquele continente e destes [sertões] para esta cidade". Quem tomava conta do negócio em Monte Alegre era Carvalho e em qualquer outra parte dos sertões era Matos. Em Belém, Carvalho que seria o caixa da sociedade, decidiria quem seria o correspondente da sociedade. O valor da "carregação" era alto e remontava a 3:621$551. Os sócios ainda estipulavam em contrato que não se venderia fiado "senão a pessoas de muitos créditos e sólidos estabelecimentos" com assinatura de promissória. Como é possível perceber se tratava de um alto negócio.[16]

Pelos dados citados, é possível perceber que os negócios pareciam prosperar. Eram transações de sociedade ou de compra de embarcações grandes que só seriam pensadas se os negociantes acreditassem que o comércio iria aumentar. Também os dados de compra e venda de imóveis parecia estar em alta em 1816 e 1817, em Belém. Boa parte das transações de escrituras era para a compra de imóveis ou de terras ao redor de Belém para a construção de casas e moradias como se nota na tabela que se segue. É interessante notar que muitos oficiais estavam comprando terras ou casas em Belém.[17]

Tabela 07

Tipos de escritura presentes no Livro de Notas e Registros (1816-1817)

Tipos de Escrituras	Número de registro	%
Venda de parte de uma casa	13	21,66%
Venda de parte de terras ou chãos	10	16,39%
Venda de terras e chãos	09	14,75%
Venda – casa	08	13,11%
Obrigação de dívida com hipoteca ou penhora de casa	04	6,55%
Venda de embarcação	03	4,91%
Doação – serviços militares	02	3,27%
Doação – casas	02	3,27%
Venda de sítio ou propriedades com benfeitorias	02	3,27%

Desistência de pleito	01	1,63%
Doação – dote	01	1,63%
Doação – chãos e terras	01	1,63%
Obrigação de dívida com hipoteca ou penhora de embarcações	01	1,63%
Obrigação de dívida sem hipoteca	01	1,63%
Sociedade em lojas estabelecimentos comerciais	01	1,63%
Sociedade para carregação de canoas para o sertão	01	1,63%
Venda de estabelecimentos comerciais	01	1,63%
TOTAL	61	100%

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e Registros (1816-1817).

Os dados levantados demonstram que houve um enraizamento de interesses portugueses no Grão-Pará e que, em 1816 e 1817, as sociedades entre comerciantes portugueses e luso-brasileiros com os negociantes brasileiros do interior do Pará prosperavam. Este estudo se completa para dar a devida dimensão à crise instaurada nos anos de 1820 e 1830.[18] Minha ideia é a de confrontar os dados de 1816 e 1817 com os dos anos de 1820 e depois com os de 1830. Meus levantamentos preliminares dão conta que em 20 e 30 houve uma explosão de hipotecas e de registro de dívidas, demonstrando uma realidade muito diferente da dos anos de 1816 e 1817. Mas essas são outras histórias.

NOTAS

* Universidade Federal do Pará – UFPA.

[1] Sobre essa "adesão", ainda em 1923 foram publicados trabalhos fundamentais escritos pelo primeiro secretário do *Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, o engenheiro civil Palma Muniz. Um primeiro intitulado: "Adesão do Grão-Pará à Independência", faz parte de uma coletânea proposta pelo Instituto Histórico paraense em comemoração ao centenário de 1823. Já um segundo trabalho de Palma Muniz procurava recuperar a figura do general enviado pelo Império para obter a "adesão" e intitulava-se "Gre-

enfell na história do Pará". Esses dois trabalhos exaltavam a legalidade dos enviados pelo Império do Brasil. Eles se constituíram, doze anos mais tarde, na base para os trabalhos elaborados durante as comemorações do centenário da Cabanagem. Ver: MUNIZ, João de Palma. "Greenfell na história do Pará 1823-1824". *Annaes da Bibliotheca do Archivo Público.* Belém, 10: 8-422, 1926; *Idem.* "Adesão do Grão-Pará à Independência". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.* Belém, 6(4): 1- 406, 1922. Houve polêmica sobre a atuação de legalistas como John Pascoe Greenfell e muito debate sobre os novos conceitos de história e da modernidade. Sobre o assunto ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. "Delenda Cartago? A antiguidade clássica, o modernismo literário e a história da Independência na Amazônia". In: TUPIASSÚ, Amarílis (Org.). *Escrita literária e outras estéticas.* Belém, Unama, 2009, v. 1, pp. 39-60.

[2] Ver: RICCI, Magda. "Fronteiras da nação e da revolução: identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840)". *Botetín Americanista*, p.77-96, 2008 e RICCI, Magda. "Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840". *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, pp.15- 40, 2006.

[3] Essa identidade de negros e mestiços durante o processo de Independência não ocorreu apenas no Pará. Ver, para o caso da Bahia, KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840s.* Stanford, Stanford University Press, 2002 e REIS, João José. "O jogo duro do Dois de Julho: o partido negro na Independência da Bahia". In: SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista.* São Paulo, Companhia das Letras, 1989. Para o Piauí: CHAVES, Joaquim. *O Piauí nas lutas de independência do Brasil.* Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993. Para o Rio Grande do Sul: PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata,1808-1828.* São Paulo, HUCITEC, 2002.

[4] Esse ódio tinha muitas origens e contextos. Na Corte carioca, ele gerou conflitos constantes desde os anos iniciais de 1820. Sobre a instabilidade entre portugueses e brasileiros na Corte, ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção; identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado.* Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

[5] Dados retirados do Livro de Notas e Registro do APEP – 1816-1817.

[6] *Arquivo Público do Estado do Pará.* Livro de Notas e registro 1816-1817, p. 14, datado de 14/05/1816.

[7] *Arquivo Público do Estado do Pará.* Livro de Notas e registro 1816-1817, p. 93, datado de 06/11/1816.

[8] *Arquivo Público do Estado do Pará.* Livro de Notas e registro 1816-1817, pp. 12 e 13, datado de 13/05/1816.

[9] *Arquivo Público do Estado do Pará.* Livro de Notas e registro 1816-1817, p. 40 verso, datado de 28/06/1816.

[10] Felippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. *Dissertação sobre o direito de caçoar & Carta a Salvador Rodrigues do Couto.* São Paulo, Loyola / Giordano, 1992, p. 75.

[11] Descobrir o passado em locais distantes, ou mesmo em outros países é algo que faz parte da cultura Ocidental, sobretudo após o renascimento. Para maiores detalhes, ver: LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country.* Cambridge, University of Cambridge, 1985.

[12] Lowenthal, *op. cit.,* p. 84

[13] Aqui, Patroni revela um dos mais caros ideais iluministas. O de que a tradição seria a maior portadora do atraso das nações. Esta ideia já está clara no *Discurso Preliminar* de D´Alembert, sendo transportada para a *Enciclopédia.* D´Alembert deixava claro que a fonte de todo o conhecimento não provinha nem dos tempos antigos (Roma), e, muito menos, do mundo eclesiástico (Bíblia). O conhecimento, sem ser revelado, era fruto do esclarecimento e provinha dos sentidos, gerenciados pela razão humana. Para maiores detalhes ver: DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia 1775-1800.* São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

[14] PATRONI, *op. cit.*, pp. 85-86.

[15] Ver: RICCI, Magda. "Os dezesseis letrados do XVIII: os círculos intelectuais do Grão-Pará Na segunda metade do século XVIII". In: *Landi e o século XVIII na Amazônia.* <http://www.forumlandi.com.br/bibliotecaArq/dezesseis.pdf>.

[16] *Arquivo Público do Pará.* Livro de notas e registros 1816-1817, p. 7 verso, datado de 09-05-1816. Note que também havia casos em Monte Alegre e em Cametá. Para Monte Alegre, ver: Arquivo Público do Pará. Livro de notas e registros 1816-1817, p. 112 verso, datado de 23-12-1816. Para Cametá, ver: Arquivo

Público do Pará. Livro de notas e registros 1816-1817, p. 75, datado de 11-09-1816.

[17] Em 1817, por exemplo, Angélica Maria da Conceição dizia que herdara de Thomásia Maria da Cruz uns chãos que passava uma escritura de venda deles no valor de 21$000 a Joaquim Mariano de Oliveira, tenente do regimento de linha denominados Extremos.Ver *Arquivo Público do Pará*. Livro de notas 1816-1817, Página 128, datado de 31-01-1817. Para outro caso de compra em Belém ver *Arquivo Público do Pará*. Livro de notas 1816-1817, p. 133 verso, datado de 20-02-1817.

[18] Para uma dimensão desta crise, ver: RICCI, Magda. "Entre portos, comércio e trocas culturais: os portugueses e as lutas sociais na Amazônia - 1808-1835". In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Orgs.). *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru, EDUSC, 2008, v. 1, pp. 189-208 e RICCI, Magda. "Sangue 'patriótico. No Grão-Pará, a Independência não foi pacífica. Uma revolta contra portugueses e estrangeiros em geral resultou no massacre de mais de 250 pessoas". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, pp. 25-27, set. 2009.